

POR QUE A RIQUEZA DO VATICANO?



SUMÁRIO

1. A origem da ascendência temporal dos Papas se acha nos primórdios da história da Igreja.....	3
2. Soberania Territorial e Autoridade Espiritual: A Visão da Igreja sobre o Estado Pontifício	6
3. Autoridade Espiritual e Missão Universal da Igreja	8
4. Mas que dizer do cerimonial de que o Papa se cerca?	10
5. Quanto às propaladas “riquezas” do Vaticano, é preciso dizer que os rumores a seu respeito ultrapassam de muito a realidade.	10

POR QUE A RIQUEZA DO VATICANO?

Revista: “PERGUNTE E RESPONDEREMOS” - D. Estevão Bettencourt, Osb., Nº 2, Ano 1958, Página 64.

A respeito da “riqueza do Vaticano” propagam-se ditos notoriamente exagerados. Procuremos perceber qual o seu fundamento e qual a razão de ser do poder temporal do Papa, representante de Jesus Cristo sobre a terra.

Quem considera a história, verifica que a soberania territorial dos Papas não se deve a uma pretensa ambição dos Pontífices, nem é o resultado de plano premeditado, mas constitui a afirmação espontânea da fé do povo cristão.

1. A origem da ascendência temporal dos Papas se acha nos primórdios da história da Igreja.

Em 330 o Imperador Constantino transferiu a capital do Império Romano para Bizâncio no Oriente, o que representa um verdadeiro desvio no curso da história: Roma no Ocidente ficou entregue a administração de um conselho municipal, que tinha o nome de Senado, e de funcionários encarregados de julgar as causas judiciárias e cobrar os impostos. Bizâncio mais e mais se esquecia de Roma, descuidando-se do seu reabastecimento e da conservação de seus monumentos; as incursões dos bárbaros na península tornavam as condições de vida da população cada vez mais precárias e dolorosas. Eis, porém, que, em meio à anarquia, uma figura ia ganhando espontânea veneração: a do bispo de Roma, considerado pela população cristã como o pai comum, no qual todos depositavam confiança. Correspondendo a este afeto filial, os Pontífices Romanos foram-se tornando os tutores do bem público não somente no plano espiritual, mas também no temporal e social: em 452, por exemplo, o Papa São Leão Magno dirigiu-se ao

encontro de Átila e do exército huno, que se aprestavam para devastar Roma e a Itália meridional, conseguindo detê-los em Mântua.

Nos séc. VI / VII acontecia não raro que príncipes e nobres, ao entrar no mosteiro ou ao morrer, doavam seus bens ao Papa, em testemunho de piedade filial; foi-se assim formando o chamado “Patrimônio de São Pedro” na península itálica e nas ilhas adjacentes. Esses latifúndios, de extensão cada vez maior, permitiam ao Pontífice Romano uma posição de certa independência frente ao Imperador bizantino e colocavam sob a sua jurisdição, religiosa e civil, grande número se beneficiavam. Enquanto o Papa se tornava cada vez mais o amparo das populações infelizes do Ocidente, os Imperadores bizantinos e seus exarcas (representantes estabelecidos em Ravena) se mostravam impotentes ou indiferentes diante das calamidades que as afetavam.

No séc. VIII os acontecimentos se precipitaram.

O Papado se viu premido entre duas potências hostis: no Oriente, os bizantinos favoreciam as heresias (a respeito de Cristo e do culto das imagens), os Imperadores subtraíam terras à jurisdição eclesiástica dos Papas; no norte da Itália, os lombardos, pagãos ou arianos (heréticos), ameaçavam constantemente saquear Roma e os territórios meridionais, constituindo um perigo não somente civil, mas também religioso. Nessas circunstâncias, os Pontífices Romanos se lembraram de recorrer ao auxílio de um dos novos povos do cenário europeu: os francos, que, desde o batismo de seu rei Clóvis em 496, constituíam uma nação cristã de crescente valor cultural; em 732 seu mordomo, Carlos Martelo, tinha conjurado o perigo muçulmano, vencendo os árabes em Poitiers. Os francos conservavam fidelidade à reta fé e possuíam energias novas, enquanto Bizâncio já significava um mundo velho, vítima tanto das sutilezas de seu gênio (“bizantinismo” na parte, na filosofia, na teologia...) como dos exércitos estrangeiros (principalmente dos persas); o verdadeiro esteio da cristandade já não estava no Oriente (onde as sutis discussões teológicas debilitavam a fé), mas no

Oriente, em particular no reino dos francos, onde a fé era empreendedora. Porque então não apelariam os Papas para estes filhos da Santa Igreja, a fim de impor uma ordem de coisas cristã aos povos cristãos?

Foi o que Estevão II resolveu fazer, dirigindo ao mordomo franco um pedido de auxílio diante das ameaças dos lombardos. Pepino o Breve atendeu-o em 756, movido por amor à fé e aos interesses da Igreja: em duas expedições venceu os lombardos e confirmou o Papa na posse do Patrimônio de São Pedro. Estava assim fundado, por magnificência da piedade cristã (dos nobres da Itália e dos francos) o Estado Pontifício independente de Bizâncio. Em compensação, Pepino foi sagrado rei dos francos pelo Papa Estêvão II, e seu filho Carlos Magno recebeu do Pontífice Leão III, em 800, a coroa de Imperador do Império Romano, restaurado no Ocidente com o título de império sacro ou cristão.

Esses fatos tem sido calorosamente comentados pelos historiadores. Pergunta-se se não houve nisso tudo usurpação de direitos, jogo de interesses políticos dos Papas e dos francos.

Após uma reflexão serena, responder-se-á que não. Os acontecimentos mencionados não foram senão a “oficialização” de uma situação que de fato já existia: o Papa já exercia as funções de soberano no Patrimônio de São Pedro, sem possuir o título respectivo; os mordomos francos, do seu lado, já governavam o reino (sob a dinastia dos reis merovíngios ditos “fainéantes”, indolentes), embora não trouxessem as insígnias de monarcas; Pepino o Breve e Estevão II, Carlos Magno e Leão III só fizeram tornar a situação definida e patente aos olhos do mundo. A restauração do Império Romano no Ocidente não pode ser tida como violência cometida contra Bizâncio, nem foi um gesto surpreendente e brusco, mas o remate orgânico de um processo histórico iniciado em 330 e lentamente amadurecido no decorrer de mais de quatrocentos anos (até 756, ou melhor, até 800).

2. Soberania Territorial e Autoridade Espiritual: A Visão da Igreja sobre o Estado Pontifício

O Estado Pontifício, fundado em 756, perdurou ininterruptamente até 1870, quando cedeu ao movimento de unificação da península itálica. Registraram-se, no decorrer desses muitos séculos, obras grandiosas, que a soberania temporal dos Papas possibilitou mas verificaram-se outrossim certos abusos, gestos de prepotência política e de luxo mundano, principalmente no período da Renascença. A Santa Igreja, guiada pelo Espírito Santo, é a primeira a reconhecer e condenar tais desvios; ela não se identifica irrestritamente com nenhum de seus membros, mas, na qualidade de Esposa de Cristo, transcende a todos, até mesmo os mais altamente colocados (pois cada um traz até certo ponto o lastro do pecado); também não se surpreende ao verificar os abusos de seus filhos estão bem na linha da parábola evangélica do joio e do trigo...

Em 1870, tendo caído o poder temporal dos Papas, foram amplamente debatidas as vantagens e os inconvenientes da conservação do Estado Pontifício (tratava-se da “Questão Romana”). Apesar de toda a pressão adversária, Pio IX, Leão XIII, São Pio X, Bento XV e Pio XI julgaram não poder abrir mão dos seus antigos direitos; conscientemente, pois, tomaram essa posição. E qual o motivo que levava os Pontífices a proceder desse modo?

Pio XI o explicou com a máxima clareza por ocasião do tratado do Latrão ou da restauração do Estado Pontifício, aos 11 de fevereiro de 1929:

“Podemos dizer que não há uma linha, uma expressão do tratado (do Latrão) que não tenham sido, ao menos durante uns trinta meses, objeto particular de nossos estudos, de nossas meditações e, mais ainda, de nossas orações, orações que pedimos outrossim a grande número de almas santas e mais amadas por Deus.

Quanto a Nós, sabíamos de ante-mão que não conseguiríamos contentar a todos coisa que geralmente nem o próprio Deus consegue...

... Alguns talvez achem exíguo demais o território temporal. Podemos responder, sem entrar em pormenores e precisões pouco oportunas, que é realmente pouco, muito pouco; foi deliberadamente que pedimos o menos possível nessa matéria depois de ter refletido meditado e orado bastante. E isso, por vários motivos, que nos parecem válidos e sérios.

Antes do mais, quisemos mostrar que somos sempre o Pai que trata com seus filhos; em outros termos: quisemos manifestar nossa intenção de não tornar as coisas mais complicadas e, sim, mais simples e mais fáceis.

Além disto, queríamos acalmar e dissipar toda espécie de inquietação; queríamos tornar totalmente injusta absolutamente infundada, qualquer recriminação levantada ou a ser levantada em nome de ... iríamos dizer: uma superstição de integridade territorial do país (Itália).

Em terceiro lugar, quisemos demonstrar de modo perentório que espécie nenhuma de ambição terrestre inspira o Vigário de Jesus Cristo, mas unicamente a consciência de que não é possível não pedir, pois uma certa soberania territorial é a condição universalmente reconhecida como indispensável a todo autêntico poder de jurisdição.

Por conseguinte, um mínimo de território que baste para o exercício da jurisdição, o território sem o qual esta não poderia subsistir... Parece-nos, em suma, ver as coisas tais como elas se realizavam na pessoa de São Francisco: este tinha apenas o corpo estritamente necessário para poder deter a alma unida a si. O mesmo se deu com outros santos: seu corpo estava reduzido ao estrito necessário para servir à alma, para continuar a vida humana e, com a vida, sua atividade benfazeja. Tornar-se-á claro a todos, esperamo-lo, que o Sumo Pontífice não possui como território material senão o que lhe é indispensável para o exercício de um poder espiritual confiado a homens em proveito de homens. Não hesitamos em dizer que Nos comprazemos neste estado de coisas; comprazemo-Nos por ver o domínio material reduzido a limites tão restritos que... os homens o devem

considerar como que espiritualizado pela missão espiritual imensa, sublime e realmente divina que ele é destinado a sustentar e favorecer” (trecho da alocução publicada pelo “Osservatore Romano” de 13 de fevereiro de 1929).

3. Autoridade Espiritual e Missão Universal da Igreja

As palavras acima definem bem a mente da Igreja a respeito do poder temporal de que não quis abrir mão durante os sessenta anos em que dele esteve despojada. Em última análise, vê-se que o Papa considera a sua soberania territorial como o corpo imprescindível ao exercício das atividades de uma alma ou como condição indispensável para o cumprimento de sua missão religiosa; assim como a alma neste mundo não age normalmente sem corpo, assim a tarefa espiritual da Igreja seria impedida, caso lhe faltasse tal suporte temporal.

A comparação ilustra fielmente a verdade. Tenha-se em vista que a Igreja, por definição, exerce autoridade não apenas sobre os corpos e o comportamento exterior dos homens, mas também sobre o setor mais íntimo e importante dos indivíduos: sobre as almas e exerce-a independentemente de fronteiras nacionais, abrangendo centenas de milhões de fiéis do mundo inteiro: onde quer que esteja comprometido o espírito do homem, mesmo nos planos aparentemente mais indiferentes à religião, como o esporte, o cinema, a medicina, o comércio, a Igreja tem que estar aí presente, a fim de orientar a conduta das almas que assim entram em contato com o mundo material.

Tal autoridade é realmente colossal. Em consequência, os filhos da Igreja e os homens que compreendem o que essa autoridade significa, não podem deixar de desejar que tanto poder não sofra influência de alguma força estranha, não se torne joguete nas mãos de soberanos políticos, mais ou menos arbitrários. Por isto, cedo ou tarde havia de aflorar à consciência dos cristãos a idéia de que o governo e o Chefe Supremo da Igreja devem ser independentes de qualquer soberano

político nacional, devem enfim ser tão livres quanto qualquer governo deste mundo. Em caso contrário, estaria frustrada a sua missão.

Esta última conclusão, a história se encarregou de comprovar. Com efeito, não faltaram no decurso dos séculos tentativas das autoridades civis que visavam submeter o Soberano Pontífice à jurisdição do monarca de tal ou tal país (que ótimo jogo não seria utilizar a autoridade moral dos Papas em favor de interesses nacionais!). Quando o conseguiram, a tarefa religiosa da Igreja se viu enormemente prejudicada. Foi o que se deu, por exemplo, durante o chamado “Exílio de Avinhão”: de 1309 a 1376, os monarcas franceses obtiveram que os Papas residissem em Avinhão (França), onde, carecendo de soberania temporal, ficaram sujeitos à influência do governo civil. Nesse período, os Pontífices foram perdendo parte da sua autoridade perante a opinião pública internacional; os cristãos de fé (o rei Carlos IV da Alemanha, o poeta Petrarca, Sta Brígida, nobre viúva sueca, Sta. Catarina de Sena) se alarmavam, percebendo que, se a situação se prolongasse por muito tempo, o Papado deixaria de ter o prestígio sobrenatural e católico (universal) que deve ter. Basta recordar que o Pontífice João XXII (1316-1334) entrou em conflito com o rei Luís IV da Baviera, animado de pretensões cesaropapistas; excomungado pelo Papa, o monarca respondeu que João XXII servia aos interesses dos Valois de França; por isto não hesitou em criar um antipapa (Nicolau V), alegando que a França tinha “seu” Papa.

Tais idéias e fatos evidenciam quão necessária à missão religiosa da Igreja é a soberania política (por muito limitada que seja) da que os Pontífices tem tradicionalmente usufruído e que ainda recentemente reivindicaram (diga-se mesmo sem temor de exagero: o interesse comum dos fiéis jamais permitiria abrissem mão de tal direito).

4. Mas que dizer do cerimonial de que o Papa se cerca?

Note-se logo que o fato de ser o Pontífice soberano de um pequeno território acarreta certo aparato em torno de sua pessoa. Tal cerimonial, porém é concebido como homenagem deferida não à pessoa do Pontífice como tal, mas à autoridade que a pessoa representa. Aos olhos da fé, não há dúvida, o Chefe visível da Igreja significa algo de muito grande (é o Vigário de Jesus Cristo); quem o compreende, não pode deixar de querer exprimir essa consciência por gestos de apreço. Muitas das demonstrações de reverência em uso na corte pontifícia devem ter surgido do espontâneo afeto dos cristãos; os católicos as entendem como profissão de fé no Cristo e na Igreja. Por este motivo mesmo, pode-se dizer que os Papas, nem a título de humildade, tem o direito de se lhes furtar de todo. O próprio Jesus, que habitualmente não tinha onde repousar a cabeça (cf. Lc 9,58), não recusou as homenagens que O aclamavam quando entrou em Jerusalém, poucos dias antes de morrer: permitiu que tecessem de vestes e ramos a via pela qual passava, montado em um jumentinho; permitiu que, com cantos nos lábios, os hebreus O aclamassem Rei e Filho de Davi, professando seu entusiasmo pelo Messias (cf. Mt 21, 1-11).

O cerimonial de que foi alvo Jesus, como o cerimonial pontifício, não impede simplicidade interior e desapego de espírito. Se houve Papas que deram importância pessoal e excessiva a esse aparato, constituem casos contingentes, que não derogam à legitimidade do princípio geral.

5. Quanto às propaladas “riquezas” do Vaticano, é preciso dizer que os rumores a seu respeito ultrapassam de muito a realidade.

A Cidade do Vaticano é, do ponto de vista territorial, a mínima do mundo. Quando após 1870 se discutia a “Questão Romana”, diziam muitos que, em caso de restauração da soberania temporal, um Estado do tamanho da República de São Marinho (60,57 kms²) seria suficiente para os Pontífices; ora o Estado Pontifício

ressurgiu com 0,44 kms² apenas - o que no século passado parecia incrível! Esse Estado constitui a simples carcassa de uma alma e tem por exclusiva função possibilitar o exercício das atividades da respectiva alma ou da Igreja.

As obras de arte que se encontram no Vaticano, são, em grande parte, a expressão da fé de pintores e arquitetos cristãos, que quiseram glorificar a Deus mediante o seu talento. Os Papas - alguns com prodigalidade talvez excessiva - os incentivaram, porque a Igreja só pode favorecer as artes que contribuam para a exaltação do Criador (veja-se a resposta n.º 9 deste fascículo).

Os objetos contidos nos Museus do Vaticano foram, em grande parte, doados aos Pontífices por cristãos sinceros (reis, cruzados, viajantes, exploradores, etc.), em testemunho de fé. Pertencem ao patrimônio do gênero humano; os Papas não veem motivo para não os conservar para o bem da cultura universal. O famoso telefone de ouro do Vaticano (se é que ainda existe) foi doado por uma firma comercial...

Não há razão, pois, para que o mundo se detenha cobiçosamente sobre as apregoadas riquezas materiais do Vaticano. Volte, antes, a sua atenção para os imensos tesouros espirituais que daquele recanto territorial emanam para o gênero humano. Queiram-no ou não os homens, é ainda do Vaticano que se faz ouvir a palavra da Verdade e da Vida em meio às teorias mórbidas e à confusão ideológica de nossos tempos.

Revista: “PERGUNTE E RESPONDEREMOS”

D. Estevão Bettencourt, Osb., N° 2, Ano 1958,

*É expressamente proibida a venda,
reprodução comercial ou qualquer forma de
comercialização desse material.*